

CAROLINA DE JESUS E LIMA BARRETO: UMA LEITURA DO AFRO-BRASILEIRO

CAROLINA DE JESUS AND LIMA BARRETO: A PORTRAY OF THE AFRO-BRAZILIAN

Liliane de Paula Munhoz
(Universidade Federal de Goiás/UFG)

Amanda Silva Borges
(Instituto Federal de Goiás - Campus Inhumas/IFG)

Gustavo Augusto Assis Faustino
(Instituto Federal de Goiás - Campus Inhumas/IFG)

RESUMO: A proposta deste texto é analisar a condição afro-brasileira, a partir da leitura de obras literárias. Os textos *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina de Jesus e *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, foram selecionados por duas razões: primeiramente, por fazerem uma auto-representação, e segundo, por abordarem especialmente a mulher negra. O primeiro é um marco da escrita feminina, cuja autora, negra, pobre e habitante de uma favela de São Paulo nos anos de 1950, faz um cotejo da sua vida no meio da miséria. O segundo, concluído em 1922, é uma denúncia áspera do preconceito racial e social, vivenciado pelos negros, mulatos e especialmente por uma jovem mulher do subúrbio carioca. A pesquisa mostra que o fim da escravidão não modificou o *status quo* e não representou oportunidades iguais e justiça para a população negra brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Preconceito. Lima Barreto. Carolina de Jesus.

ABSTRACT: *The objective of this text is to analyze the Afro-brazilian character, through reading two literary texts. The literary texts Quarto de despejo: diário de uma favelada, by Carolina de Jesus, e Clara dos Anjos, by Lima Barreto, were chosen due to two reasons: first, because they do auto-representation, and second, because they approach the black woman. The first text is a feminine writing brand, whose author, black, poor and a slum dweller in São Paulo in the 1960s, talks about her life in poverty. The second, released in 1922, is a rough complaint of racial and social prejudice black, mulatto and specially a young lady lives in Rio suburb. The research shows that the end of slavery has not changed the status quo and has not meant equal opportunities and justice on what concerns the black Brazilian people.*

KEYWORDS: *Racism. Prejudice. Carolina de Jesus. Lima Barreto.*

Introdução

No início da colonização, entre 1530 e a abolição em 1888, mais de um milhão de negros foram trazidos da África por traficantes e vendidos no Brasil, para trabalharem em fazendas ou em serviços domésticos nas cidades. Essa medida beneficiou uma grande quantidade de proprietários de terras que dependia da exploração do trabalho escravo para produzir gêneros agrícolas. Foram

aproximadamente trezentos anos de trabalho em que os negros foram submetidos a condições subumanas.

No século XIX, o contexto político brasileiro contribuiu para a libertação dos escravos. Contudo, é uma verdade conhecida de modo geral que a abolição não deu fim à exploração do trabalho dos ex-escravos. A Lei Áurea não contava com nenhum tipo de auxílio ou projeto que facilitasse o grande número de negros libertos a serem devidamente inseridos na sociedade brasileira e, além disso, a imagem do povo negro continuou marcada pelo estigma da inferioridade.

A pesquisa aborda essa discussão, colocando em estudo os livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, assim como leituras de textos sobre racismo, etnia, consciência negra e ações afirmativas.

A escolha de um texto ficcional e outro não ficcional tem origem na concepção de que a literatura faz, com seus recursos próprios, representações ou recriações em que os autores negros em estudo buscaram os seus temas no contexto em que viveram e, como selecionaram certos fatos e não outros, criaram uma realidade própria. Isto é, *O diário de uma favelada* e *Clara dos Anjos* são resultado da experiência de vida de Carolina de Jesus e de Lima Barreto, mas são e não são a realidade deles.

Os dois textos, um diário e um romance, constroem diferentes contratos com o leitor: quando se lê um diário, o leitor faz um pacto com o texto de que o que vai ler é sincero; com o romance, o leitor faz um pacto ficcional, pois essa palavra “romance” implica o ato de fingir. Mas, fingir não significa mentir, significa, isto sim, recriar.

Os textos cinematográficos, o filme “Besouro” e os documentários “Atlântico negro: na rota dos orixás” e “As Américas têm cor: Afrodescendentes nos Censos do Século XXI” foram utilizados também por abordarem diferentes pontos de vista a respeito do tema dessa pesquisa. Assim como os livros de ficção, esses outros textos, de outras linguagens, representam condições dos negros extraídas da realidade.

Para dar suporte às reflexões sobre racismo e preconceito em relação ao negro no Brasil, utilizamos *O local da cultura*, de Homi Bhabha; *A Clara cor da noite escura: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais*,

de Carlos Rodrigues Brandão; *O negro na Universidade: O direito a inclusão*, organizado por Jairo Queiroz Pacheco e Maria Nilza da Silva; *África Afrodescendência e educação*, de Marilene da Silva e Uene José Gomes; *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: Possibilidades e desafios para a implementação da Lei nº 10.639-2003*, resultado de uma pesquisa idealizada pelo Conselho Nacional de Educação e coordenada por Ana Lucia Silva Souza e Camilla Croso.

Reflexões sobre o racismo

Não somos especialistas dos estudos sobre a condição de ser negro no Brasil. Portanto, as reflexões a que nos propomos nessa análise da presença do personagem afro-descendente são resultado de alguma leitura que nos dão suporte para as nossas observações.

Assim, nos remetemos primeiramente a uma afirmação de Carlos Rodrigues Brandão, em *A Clara cor da noite escura*. Segundo Brandão,

Os brancos reconhecem os negros de Goiás segundo duas variações básicas de uma mesma identidade étnica: os negros escravos e os pretos de hoje. Para o branco urbano, os negros escravos do tempo de ouro foram praticamente os únicos responsáveis pelo trabalho com que a cidade foi edificada e cuja riqueza foi aumentada. Foram eles pois que fizeram ao longo da escravidão a parte mais rude e necessária de todo o trabalho: lavaram o ouro, edificaram os prédios, construíram os calçamentos das ruas e abriram as estradas. No trabalho, os negros cultivaram para os brancos as primeiras roças da periferia da cidade. (BRANDÃO, 2011, p. 53)

O autor confirma a perspectiva de que no Brasil o povo negro, na sua maioria expressiva, vive sob o estigma da inferioridade em relação ao branco. O afro-brasileiro geralmente é visto como servil e despreparado, desde o tempo do ouro. (BRANDÃO, 2011). Essa imagem, no entanto, não se apresenta como nenhuma novidade no cenário a que nos dedicamos a estudar.

A noção de inferioridade, construída a partir dos discursos políticos e sustentada pela ciência, justificou a escravização de índios e negros no período colonial até o final do império. O naturalista suíço Agassiz, por exemplo, afirmou,

em meados do século XVIII, que “a igualdade social é uma impossibilidade natural, derivada do caráter inerente da raça negra” (MAGNOLI, 2009, 25).

O que seria o caráter inerente da raça negra? De acordo com o médico francês Paul Broca, há diferenças entre raças superiores e inferiores e esse fato pode ser comprovado pela craniometria. Homens maduros, em especial os homens eminentes da raça branca, apresentam, segundo Broca, cérebros maiores. Então o negro seria, segundo a ciência do século XVIII, menos inteligente.

Não poderíamos deixar de lembrar também duas insustentáveis teorias que ajudaram a construir os preconceitos que se ergueram contra o africano e seus descendentes, ainda no século XIX, no auge da propagação de ideias racistas. Segundo Edward Drinker Cope, “as mulheres, os europeus meridionais e os pobres representam formas humanas inferiores, cuja evolução interromper-se em estágios correspondentes à da infância dos brancos nórdicos” (MAGNOLI, 2009, p. 29).

Ser mulher e ser negra são, portanto, duas margens submetidas ao silêncio. O jornalista e médico Martin Robert Delany é outro pesquisador que corrobora essa noção. Na sua concepção de um nacionalismo negro, ele relacionou-o à participação exclusivamente masculina. Para ele a mulher deveria ser educada, mas apenas para a maternidade (GILROY, 2012, p.77).

No que se refere à população negra no Brasil, no início do século XX, dois grande intelectuais, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, intelectuais respeitados e autores de literatura considerada pré-modernista, pintaram os descendentes de sangue africano como neurastênicos, indolentes e atrasados. Essa imagem propagou-se por todo o país naquele período de fim dos impérios colonialistas.

Ainda no século XX, no entanto, a evolução da ciência, em especial das descobertas da genética, levou à conclusão de que não se pode falar em raças diferentes, porque um homem negro pode apresentar marcadores genéticos muito semelhantes aos de um homem branco e vice-versa. Cientistas, como o geneticista Sérgio D. J. Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, afirmam que, em muitos casos, brasileiros classificados como brancos apresentam linhagem africana.

A desconstrução do conceito biológico de raça chamou a atenção de diversos estudiosos e está no centro do debate de filósofos, antropólogos e sociólogos. Porém, acreditamos, com Joana Inês Pontes, que “as pessoas estão ligadas entre si por laços de ancestralidade que as conectam a certos grupos e

locais geográficos específicos, influenciando no desenvolvimento de certos traços comuns” (PONTES, 2014, p. (73).

Dessa forma, considerando que raça é um conceito socialmente construído, podemos nos reportar ao racismo no Brasil. E, embora a escravidão não seja mais realidade, os negros e negras continuam a representar maioria na base da pirâmide social brasileira, que leva em conta renda, escolaridade, posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos.

Reproduzimos aqui , a título de ilustração, um recente desabafo de uma jovem negra, assumindo integralmente sua identidade e criticando o racismo velado que ainda existe:

Queria muito que vocês, amigas e colegas de trabalho, fossem menos preconceituosas ao dizer "o seu cabelo não é tão ruim" (ou seja, não é tão crespo) "você não é tão negra" como se a maior desgraça na vida de uma pessoa fosse ser ""preta do cabelo ruim"". Saibam que antes de ser estilosa, com personalidade forte e blablablas (reconhecimento devido ao cabelo cacheado estar na moda) eu também alisei, eu também odiava me olhar no espelho, eu também já tive apelidos que doíam na alma. Então, meçam as suas palavras porque PRA MIM, ser menos negra e ter um cabelo QUASE bom, NÃO É UM ELOGIO! (Alexandra Costa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/alexandrandleandracosta?fref=ts>>. Acesso em 04 mai 2015)

A jovem Alexandra denuncia uma manifestação de racismo em pleno século XXI, no contexto atual de um Brasil que se considera um dos maiores exemplos de democracia racial. Nesse país, que pronuncia em unísono que não é racista. Um país em cujo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há alternativas para os brasileiros se declararem brancos, negros ou de uma categoria intermediária, que se traduz por pardos ou mestiços.

Observamos a existência de preconceito racial permeando todas as classes sociais, e esse preconceito não se refere apenas à cor da pele mais escura, pela produção mais concentrada de melanina, mas à noção de superioridade e inferioridade que foi construída ao longo dos anos, desde a escravidão.

No entanto, a reconstrução da história africana nos permite entender como a escravidão expandiu-se pelo espaço geográfico e social do Brasil, disseminando as misturas biológicas que deram origem à miscigenação nacional e à diversidade religiosa presentes nos territórios. Hoje, em pleno século XXI, a forma de vida dos

afro-descendentes tornou-se uma luta política e social que visa à reparação da escravidão que aconteceu no país.

Nessa perspectiva, a Gaya Produtora enviou uma equipe à África, mais especificamente ao Benin, para gravar o documentário “Atlântico negro: na rota dos orixás”. Atlântico negro “ressalta a África como um continente repleto de etnias e formas de vidas variadas, desconstruindo a visão eurocêntrica e religiosa da igreja católica, que foi desenvolvida na história ao longo dos séculos” (COSTA JÚNIOR, 2007). Na visão difundida pelas nossas igrejas cristãs, Exu, por exemplo, corresponde ao diabo, aos espíritos inferiores e de baixo mundo astral.

Os rituais focalizados no documentário remetem ao Candomblé, na Bahia; ao Xangô, em Pernambuco e ao Tambor de mina, no Maranhão. E, ao contrário do que se propaga por aqui, as entidades religiosas de origem africana são consideradas protetores das famílias e das comunidades. Além dos orixás, os africanos do Benin, muitos deles descendentes de brasileiros que retornaram à África após a libertação, também são católicos e muçulmanos. Essa realidade religiosa do Benin nos faz pensar que a identidade da população negra tanto lá como aqui move-se numa fluidez de fronteiras e contatos.

“Quem deixar a África de lado não conhecerá o Brasil a fundo”, diz o filme. Em vez de dizer que os negros eram servís, o “Atlântico negro” diz que os africanos escravos eram MESTRES da agricultura tropical e da criação de gado extensiva. Dessa forma, o texto cinematográfico auxilia a construção de um novo imaginário. O negro brasileiro é mostrado nas suas riquezas culturais, nos rituais de cores e seres sagrados.

Nesse sentido também, de luta política e social dos movimentos negros, o filme “Besouro”, de 2009, não nos deixa esquecer de um símbolo da cultura afro-brasileira. O lendário capoeirista Besouro Mangangá viveu no Recôncavo Baiano, na década de 1920, quando os negros, apesar de formalmente livres havia quase quarenta anos, continuavam a ser tratados como escravos. Manoel Henrique, o Besouro, utiliza-se da capoeira, para defender a comunidade de negros dos maltratos e abusos dos senhores proprietários dos engenhos.

A Academia Brasileira de Cinema fez uma publicação de um breve texto em que se comenta a vida de Manoel Henrique Pereira, o Besouro, do filme. Transcrevemos aqui trecho ilustrativo:

Naqueles tempos, antes de 1888, eles não eram cidadãos, não tinham comida e casa para morar. Após a abolição criou-se um imenso contingente de brasileiros livres, porém desempregados e sem teto. A maioria sem preparo para trabalhar em outros serviços além daqueles mesmos que já realizam na época da escravatura. E quase todos ainda sem a plena consciência de sua cidadania. O resultado desse quadro, principalmente nas regiões rurais, onde estavam os engenhos de açúcar e plantações de café, foi o surgimento de um grande contingente de negros libertos que continuavam mesmo anos após a abolição, submetidos a abusos e desmandos perpetrados por fazendeiros e senhores de engenho.

Naquele momento, os negros eram vítimas ainda da sua antiga condição. O Candomblé era reprimido, e a Capoeira, proibida por lei. Besouro rebela-se e torna-se exemplo de luta, de resistência e consciência. Seguindo a versão de que o herói tinha o corpo fechado, no filme, uma faca feita de ticum foi utilizada para atravessá-lo. Sua morte é a semente para os negros começarem a se organizar para terem seus direitos respeitados. Aproximadamente em 1937, a capoeira passou a ser tolerada. Em 1953, foi totalmente liberada e em 2008, decretada pela UNESCO Patrimônio Cultural Brasileiro. Esse título é importante no sentido de preservar a prática e valorizar uma manifestação de raízes afro-brasileiras.

Contribui também para essa discussão a respeito de conhecer a história e a cultura do povo negro brasileiro, o estudo do documentário “As Américas têm cor: afrodescendentes nos Censos do Século XXI”. Esse documentário é resultado de uma pesquisa sobre a presença de negros e suas condições de vida nos censos de 2010, em oito países latino-americanos. Dentre os oito, assistimos e pudemos observar a realidade do povo negro: no Uruguai, no Panamá, no Equador e no Brasil. Cada vídeo tem apenas uma duração de cerca de 7 minutos e mostra imagens, entrevistas e tece algumas reflexões sobre possíveis transformações da realidade.

O Panamá, por exemplo, é um país marcado pela diversidade étnica, mas as marcas do racismo são visíveis em todas as camadas da sociedade. A possibilidade de trabalho para uma pessoa negra sempre foi menor do que para uma pessoa branca e de olhos claros. “Nossos estudantes desconhecem nossa verdadeira história, porque não há forma do Ministério da Educação de nosso país entender que há que ensinar a história do negro”, afirma um entrevistado no documentário. Essa

mesma realidade pode ser vista no Brasil, onde as escolas não estão ainda preparadas para atenderem às exigências da Lei nº 10.639-2003.

No Equador, não se fala, na história oficial, sobre os heróis afrodescendentes, que formavam, por exemplo, 99% do exército de Simon Bolívar. Desde 2008, esse país passa por problemas para ver implementada a Lei que garante a diminuição da discriminação racial. Para trabalharem-se as diferenças culturais, é preciso que se discuta identidade, de forma que o povo negro do Equador possa refletir sobre quem são, sentir mais orgulho de si, para que se quebrem as barreiras de discriminação, rompendo as da pobreza.

“As Américas têm cor” mostra também que no Uruguai, os jovens começam a trabalhar mais cedo porque as famílias negras costumam ser maiores, porque vivem em níveis de pobreza extrema, porque muitos dos lares são chefiados por mulheres.

No Brasil, esses traços são também evidentes. Aqui, quando o negro está inserido no mercado de trabalho, o que chega primeiro não é o seu cargo, mas a cor da sua pele. Em recente entrevista a Roberto D'Ávila, Joaquim Barbosa, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, defendeu-se de uma afirmação racista do jornalista brasileiro, tão reconhecido por sua capacidade discursiva. Na entrevista, D'Ávila perguntou ao ministro se ele teria sido convidado para o cargo devido às cotas. Joaquim Barbosa respondeu educada, mas asperamente, que quem faz esse tipo de pergunta não olha o currículo dele, mas tão somente a cor de sua pele. (Entrevista Joaquim Barbosa na Globo News por Roberto D'Avilla. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=x9xHJKXnVG8> >).

A situação por que passou Joaquim Barbosa nos remete à fala de um dos entrevistados do documentário sobre o negro no Brasil: o negro tem que sempre estar a um ponto na frente do branco. Se for 10, o negro tem que ser 11.

De uma forma bastante evidente, os quatro países estudados no projeto de produção de “As Américas têm cor” apresentam pontos em comum: não há igualdade racial e os negros vivem os estereótipos raciais. A maioria dos negros situa-se na base da pirâmide, na pobreza extrema. Apesar das ações afirmativas, ainda existem muitos trabalhando em empregos informais, portanto, sem direitos trabalhistas, sem qualidade de vida e possibilidade de ascensão social.

Em outra perspectiva, o livro *O negro na Universidade: O direito a inclusão*, organizado por Jairo Queiroz Pacheco e Maria Nilza da Silva, mostra o caso específico da universidade brasileira, onde se localiza a produção e a sistematização do conhecimento e grande parte da intelectualidade do país. Por muita pressão, o Movimento Negro Brasileiro conseguiu eliminar o absurdo fato de apenas 2% dos estudantes da universidade pública brasileira serem negros. Percebemos que a realidade do negro no Brasil é marcada pela desigualdade que apresenta na educação, no mercado de trabalho, no acesso à saúde e na violência à qual é sobremaneira acometida a população negra (PACHECO; SILVA, 2007). As ações afirmativas são urgentes, pois visam a superar essas contingências e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade.

Nesse sentido, já afirmava Homi Bhabha, em seus estudos sobre diáspora e pós-colonialismo:

A pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das reações “neolononias” remanescentes no interior da “nova” ordem mundial da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência [...] A crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, “de outro modo que não a modernidade”. Tais culturas de contra-modernidade pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para “traduzir”, e, portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade. (BHABHA, 2003, p. 26)

Assim, nos ensina o estudioso das culturas a pensar o povo negro como sujeito que sofreu o jugo da colonização e sua consequente marginalização, mas que habita os interstícios ou uma posição intervalar entre duas culturas. Segundo Bhabha, este sujeito híbrido assimilou a cultura do colonizador, porém não deixou de ser o que era.

Sempre relacionado a preconceitos e racismo, no entanto, o negro ainda hoje precisa lutar para modificar um imaginário que foi construído desde os anos da escravidão. Introduzir essa imagem que estudiosos como Bhabha reconstroem exige tempo e ações efetivas. Ou isso acontece ou continuaremos ouvindo e vendo

situações em que se desrespeitam a cultura dos afro-descendentes brasileiros, como se pode ver recentemente o ataque a um grupo de mulheres que saíam de uma cerimônia de Candomblé no Rio de Janeiro.

Marilene da Silva e Uene José Gomes (2006), ao discutirem questões relativas ao ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira nas escolas de nosso país, afirmam que o Brasil tem se dedicado minimamente a estudar temas referentes à cultura e história da África e do povo afro-brasileiro: quando são abordados os negros, há uma tendência a se falar somente em etnia e racismo.

Na contracorrente, pensamos que é necessário ainda se falar em racismo, pois enquanto houver pessoas que acham que brancos e negros são iguais, os espaços de privilégios continuarão sendo ocupados por uma expressiva quantidade de brancos.

O texto *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: Possibilidades e desafios para a implementação da Lei nº 10.639-2003*, coordenado por Ana Lucia Silva Souza e Camilla Croso, mostra-nos que a Lei nº 10.639-2003 é considerada um marco na luta pela superação da desigualdade racial na educação pública brasileira. Souza e Croso registram importantes medidas de ação afirmativa, respondendo a um conjunto de reivindicações históricas de pessoas e grupos que há quase cinco séculos lutam pela efetivação de políticas públicas capazes de transformar a nossa realidade, ainda racista e excludente.

A lei, que está em vigor há mais de uma década, contribui para o aprimoramento das políticas públicas, conteúdos programáticos e práticas educacionais comprometidos com a reeducação das relações étnico-raciais e com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Essa pesquisa a respeito de como dois autores negros representam temas referentes à vida de seu povo é resultado desses questionamentos. O estudo da Literatura escrita por autores negros, pensamos, é uma forma de construir um outro imaginário a respeito do povo negro e auxiliar-nos a compreender melhor como se configura sua identidade.

Os negros e negras em Carolina de Jesus e Lima Barreto

Carolina Maria de Jesus foi uma catadora de papel, negra e semianalfabeta.

Morava na favela do Canindé, com os seus três filhos: Vera Eunice, João e Jose Carlos. Com simplicidade, em seu *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora fala da dura realidade dos favelados e aborda questões sociais e étnicas. Procura denunciar as condições miseráveis de vida em uma favela e as dificuldades para obter o pão de cada dia. Carolina de Jesus desabafa sobre o que viu, viveu e sentiu durante a década de 1950, quando morou na comunidade.

Segundo a autora, existem duas formas de discriminação: ser mulher, numa sociedade patriarcal, e ser negra, numa sociedade em que os padrões são todos de referência branca. Sua personalidade é de uma mulher guerreira e lutadora, que além de retratar a sua própria realidade mostra-nos também a luta dos trabalhadores das favelas em busca de sua própria sobrevivência.

Com uma linguagem simples e clara, ela fala da amarga realidade das condições da favela e da luta que enfrenta para criar seus filhos:

Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos. [...] Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. [...] Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2007, p 38, 65).

A dureza da vida nos é mostrada de dentro. Quando lemos *O quarto de despejo*, conhecemos como vivia, quais eram os sonhos e as angústias de uma mulher, que, sozinha, educou seus filhos para serem o melhor que pudessem. Uma mulher que esperava sair da condição miserável da favela, onde conviveu com bêbados, meretrizes, gente intrigueira e indolente.

Vejamos algumas passagens:

Levantei as 7 horas. Alegre e contente. Depois que veio os aborrecimentos. Fui no depósito receber... 60 cruzeiros. Passei no Arnaldo. Comprei pão, leite, paguei o que devia e reservei dinheiro para comprar Licor de Cacau para Vera Eunice. Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora. A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou imprecisar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo. [...]

Fui catar papel e permaneci fora de casa uma hora. Quando retornei vi varias pessoas as margens do rio. É que lá estava um senhor inconsciente pelo álcool e os homens indolentes da favela lhe vasculhavam os bolsos. (JESUS, 2007, p. 15)

Em muitos fragmentos do diário, Carolina de Jesus refere-se à fome. Ela é uma constante, mas a autora não se entrega. Ela trabalha e escreve quando chega em casa. Escrever, para Carolina é uma forma de resistir às condições miseráveis da favela. É uma forma de ser diferente das muitas pessoas que ela apresenta naquele ambiente. A autora mostra pessoas que sucumbiram a posições consideradas degradantes, tais como a de bêbado, indolente, licencioso e ladrão.

Afonso Henriques de Lima Barreto, filho de pais mestiços e pobres, sofreu preconceito em toda a sua vida. Sua mãe morreu quando ele tinha seis anos e, quando seu pai enlouqueceu, ele foi obrigado a abandonar o curso de engenharia que havia iniciado, para cuidar do pai e dos irmãos (DUTRA, 2011). Retratou, em suas obras, as injustiças sociais e as dificuldades presentes da época, com um estilo de literatura totalmente fora dos padrões.

Lima Barreto não era nem modernista nem naturalista, muito embora, tenha escrito *Clara dos Anjos*, com pretensões naturalistas. Segundo Beatriz Resende, na apresentação do livro, ele queria que esse romance fosse um “Germinal negro” (BARRETO, 2012, p 09). Tal como os romances de tese, a desgraça da mulata Clara seria uma representação do que ocorria a toda negra ou mulata como ela na sociedade brasileira.

Clara dos Anjos é a estória de uma pobre mulata moradora de subúrbio do Rio de Janeiro, filha de um carteiro apreciador de modinhas, que, apesar das cautelas excessivas da família, é iludida, seduzida por um malandro da vizinhança, branco. Como tantas outras nas mesmas condições, Clara é desprezada por um rapaz de condição social menos humilde do que a sua. Nas linhas da história dessa jovem negra brasileira, aparece a triste condição e duplo preconceito que sofriam as mulheres negras no Brasil:

Na rua, Clara pensou em tudo aquilo, naquela dolorosa cena que tinha presenciado e no vexame que sofrera. Agora é que tinha a noção exata de sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma

moça como as outras; era muito menos no conceito de todos.
(BARRETO, 2012, p 293)

Através da voz de Clara, Lima Barreto termina o livro dizendo: “ Mamãe, nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, 2012, p. 294). É significativo, nessa cena final, o fato de estarem na sala de sua casa no subúrbio apenas mãe e filha. Duas mulheres, em dupla condição de “ inferioridade”.

Engrácia, a mãe de Clara, era filha de escrava alforriada, que havia continuado com a família de seu senhor. Quando sua mãe faleceu, ela era criança e não conhecia o pai. Ela fora criada “pela velha preta Babá, na casa de seus protetores e antigos senhores de sua avó, talvez um deles, seu pai” (BARRETO, 2012, p 143).

A história de Clara lembra muito da história do próprio Lima Barreto. Sua mãe Amália Augusta Barreto, a quem ele dedica esse romance, também era filha de escrava alforriada. Geraldina Leocádia da Conceição havia acompanhado a família Pereira de Carvalho, como agregada, quando eles deixaram a região de São Gonçalo e foram para a Corte no final do século XIX. Há sugestões na biografia de Lima Barreto de que ela tenha tido filhos, inclusive Amália, do seu ex-senhor ou dos filhos dele (BARRETO, 2012, p 145).

Também era preocupação do autor que sua irmã Evangelina fosse uma jovem forte e que a história de abusos sexuais tão frequentes não se repetisse com ela. Conforme nota de rodapé, no romance, podemos conhecer algumas dessas reflexões, extraídas de seu diário íntimo:

Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal-intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco tempo era na casa do tal Carvalho, onde se reuniam toda espécie de libertinos vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. *Se a minha irmã não fosse de cor, eu não me importaria*, mas o sendo dá-me cuidados, pois que, de mim para mim, que conheço essa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar porque eles a requestram. (BARRETO, 2012, p 122-123, grifos nossos)

Clara dos Anjos é uma estória que pinta em cores ásperas o drama de tantas outras mulheres da mesma cor e do mesmo ambiente. Assim, quase no final

do romance, o narrador constrói a cena em que uma outra “mulatinha” que fora seduzida pelo mesmo malandro:

- Então, você não me conhece mais, “seu canaia”?
Então você não “si” lembra mais da Inês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você...
Lembrou-se então, Cassi, de quem se tratava. Era sua primeira vítima, que sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa, em adiantado estado de gravidez. Reconhecendo-a e se lembrando disso, Cassi quis fugir. A rapariga pegou-o pelo braço:
– Não fuja, não, “seu” patife! Você tem que “ouvi” uma “pouca” mas de “sustança”. [...]
– Eu não conheço essa mulher. Juro...
– “Muié”, não! - fez a tal Inês, gingando. - Quando você “mi” fazia “festa”, “mi” beijava, “mi” abraçava, eu não era “muié”, era outra coisa, seu “cosa” ruim!
[...]
– Eu! - exclamou Cassi.
– Sim, você “memo”, “seu” caradura! “Mi alembro” bem... foi até no quarto de sua mãe... Estava arrumando a casa. (BARRETO, 2012, p 262)

Nessa passagem, Lima Barreto faz uma denúncia de uma prática muito comum: o filho do patrão tinha abusado sexualmente da empregada (filha de escrava alforriada). Ela havia continuado na casa, acompanhando a família. Era o que se chamava agregada, o que, em outras palavras, lembra a posição de subserviência. Na continuidade da cena, Inês lembra ao canalha que eles tinham um filho que naquela hora estava na casa de detenção. Isso tudo porque Dona Emerenciana, a mãe protetora e sem escrúpulos de Cassi, quando soube da gravidez, mandou-a embora. Ela, sem ter para onde ir, foi, desonrada, parar na sarjeta, onde ainda se encontrava.

Essa apresentação da mulher negra em *Clara dos Anjos* nos lembra os estereótipos que a nossa sociedade construiu. Em vez de ver a negra de verdade, Cassi tem os olhos voltados para a sexualidade do corpo feminino das jovens negras com quem se encontra. Por outro lado, Clara também não consegue vê-lo de verdade. Segundo o narrador, ele é um típico malandro, que toca violão nas noites cariocas, e vive a deflorar as mulheres inocentes. Clara, mesmo consciente do fato de que ele esteja envolvido na morte cruel e hedionda de seu padrinho (que costumava advertir os pais dela a respeito do comportamento vil do malandro), não consegue libertar-se da sedução que ele exerce sobre ela.

Lima Barreto, na sua construção de personagens brancos e negros, mostra-os em confronto: o negro, inocente e conduzido a compreender sua condição via sofrimento; o branco, culpado e continuamente mau caráter. Clara termina grávida e abandonada, mas finalmente consciente de sua condição, e Cassi foge, vai para outros lugares, onde possivelmente continuará realizando impunemente as mesmas indignidades.

O autor de *Clara dos Anjos* prenunciava no seu romance a condição que vemos a mulher negra em *Quarto de despejo*. Carolina de Jesus teve três filhos, cada um de um pai. Recebia pensão para a filha mais nova, mas o dinheiro era pouco e o pai da menina, cujo nome ela não revela no diário, era um homem “importante”.

Carolina de Jesus é uma personagem negra da história brasileira, importante de ser lembrada, e homenageada nos nossos estudos. Assim como as mulheres que aparecem na vida e obra de Lima Barreto, ela denuncia os absurdos de uma sociedade injusta.

Considerações finais

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, que participou da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas, em Durban (África do Sul), em 2001, o Brasil vem tentando traçar ações que desenvolvam “os valores da solidariedade, respeito, tolerância e multiculturalismo” (MAGNOLI, 2009, p. 101). Porém, infelizmente, ainda persistem situações, que são consideradas catastróficas segundo a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração e Programa de Ação de Durban.

“Afirmar que o racismo no Brasil é sutil significa fechar os olhos para a crueldade a que foi historicamente submetida a população negra” (PACHECO; SILVA, 2007, p. 1). Percebemos na nossa realidade ainda hoje as mesmas histórias sendo repetidas: existem tantas Claras dos Anjos e Carolinas de Jesus no contexto de um Brasil que engatinha rumo à reparação de seu passado escravista.

Estudar Lima Barreto é um privilégio. Nossa sociedade, no início do século passado, não reconheceu sua importância. Naquele período em que ideias nazi-fascistas propagavam-se na Europa e no Brasil de forma mais velada, era mesmo

muito difícil para um mulato pobre alcançar uma posição social que sua obra merecia.

Quanto a Carolina Maria de Jesus, autora do *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, foi preciso que o jornalista Audálio Dantas (encarregado de uma reportagem sobre a realidade da favela do Canindé) conhecesse seus cadernos, e resolvesse, em vez de ele mesmo escrever, publicar os seus diários. Carolina de Jesus é extraordinariamente simples e cativante. Seu diário apresenta, com humor, certas discussões a respeito de ser negra. Por exemplo, ao referir-se ao cabelo crespo, ela diz “Eu adoro a minha pele e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta”(JESUS, 2007, p. 65).

Referências

Academia Brasileira de Cinema. Disponível em: http://www.academiabrasileirade cinema.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1165&Itemid=525&limit=1&limitstart=2). Acesso em: 06 ago. 2014.

As Américas têm cor: afrodescendentes nos censos do século XXI. [Documentário]. Produção Helen Bernardes e Raquel Ferreira. Brasil: TV Brasil, Canal Integração, 2010.

Atlântico negro: Na rota dos orixás. [Documentário]. Produção Renato Barbieri, direção Renato Barbieri. Brasil: Itaú Cultural, 1998. 75 min.

BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

Besouro. [Filme] Produção Mixer, direção de João Daniel Tikhomiroff. Brasil: Globo Filmes, 2009. 95 min.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Trad. Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A clara cor da noite escura: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais. Uberlândia: Editora EDUFU, 2011.

COSTA JUNIOR, Ari. Resenha: Atlântico negro: Na rota dos orixás. Disponível em: <<http://aricostajunior.wordpress.com/2007/06/09/resenha-atlantico-negro-nas-rotas-dos-orixas/>>. Acesso em 06 ago. 2014.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

PACHECO, J. Q. ; SILVA, M. N. (Orgs.). O negro na universidade: o direito à inclusão. Brasília (DF): Fundação Cultural dos Palmares, 2007.

PONTES, J. I. O problema em torno do conceito de “raça”: será que a “raça” é uma ilusão? *Kairos. Revista de Filosofia & Ciência* 9: 73-107, 2014.

SILVA, M. ; GOMES, U. J. África, afrodescendência e educação. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camilla. Igualdade das relações étnico-raciais na escola: *Possibilidades e desafios para a implementação da Lei nº 10.639-2003*. São Paulo: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

Entrevista Joaquim Barbosa na Globo News por Roberto D’Avilla. Globo News (realizador). 23/03/2014. Disponível em:
Acesso em 20 fev 2015.